

# Novo teto salarial gera acusações

**Bancada gaúcha do PT culpa governadores pela possibilidade de categorias ganharem até R\$ 19 mil**

Deputados federais da bancada gaúcha do PT na Câmara culpam ontem os governadores pelo resultado da votação de terça-feira à noite, quando foram aprovadas novas regras da PEC Paralela da Previdência. Por 399 votos a favor, 13 contra e 11 abstenções, o plenário garantiu que delegados de Polícia, agentes fiscais tributários e advogados do Estado poderão ter salários equivalentes a 90,25% do que recebem hoje ministros do Supremo Tribunal Federal, que são R\$ 19 mil. Pela regra em vigor, o teto das categorias é a remuneração dos governadores. No caso do Rio Grande do Sul, os maiores salários do poder público não poderiam ultrapassar o valor de R\$ 7,5 mil, referente ao ganho de Germano Rigotto.

Os deputados petistas argumentaram que não houve mobilização dos estados junto às bancadas para impedir a aprovação da mudança. Segundo

Orlando Desconsi, o governo federal era contrário à medida em função de compromisso estabelecido com os governadores, que estavam preocupados em evitar o impacto da medida. Para ele, os executivos estaduais foram omissos, pois não orientaram suas bancadas. "Isso não é um problema do Planalto, mas dos estados", enfatizou.

Marco Maia disse que, mesmo havendo tendência majoritária de aprovar a matéria, a bancada do PT pretendia, inicialmente, votar contra. Salientou, no entanto, que não houve estímulo para adotar posição de divergência em relação à maioria do plenário. "Sem qualquer sinalização dos estados, o partido liberou seus deputados para que cada um votasse de acordo com a consciência", argumentou. Maia destacou ainda que o tema não fere princípios do PT e não atinge Lula.

Henrique Fontana afirmou que o governador

Rigotto deveria ter cobrado posição dos seus representantes. "O governo federal não foi derrotado. Simplesmente deixou a articulação a cargo dos estados, que não fizeram nada", disse.

Para Maria do Rosário, a Câmara fez sua parte, na semana passada, garantindo a manutenção dos subteitos nos estados. "A missão não era nossa. Fica fácil transferir a responsabilidade ao governo Lula ou ao Congresso Nacional", avaliou.

Tarcísio Zimmermann alertou que haverá brutal pressão no país pelo aumento de salários. "Os governadores deveriam ter tomado atitude", criticou. Destacou que, apesar de não haver prejuízos ao governo federal, o comportamento dos parlamentares demonstrou mais uma vez ao Planalto que "a atual base de sustentação não serve para quase nada". Acrescentou que os partidos aliados sempre exigem mais benefícios e concessões.

## Aumenta verba de deputados PP e PMDB disputam estatal

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, do PP, aumentou em 25% a verba de gabinete de cada um dos 513 deputados federais para pagarem funcionários de sua livre escolha. O ato, decidido em reunião da mesa diretora na manhã de ontem, aconteceu duas semanas depois de o presidente da Câmara ter sido frustrado em seu objetivo de reajustar os salários dos deputados. Com a medida aprovada agora, os deputados poderão contar com R\$ 44,19 mil mensais, a partir de abril, ao invés dos atuais R\$ 35,35 mil. O recurso terá novo reajuste quando for aprovada a elevação de 15% para os servidores do Poder Legislativo.

A decisão da mesa não precisa de votação no plenário da Câmara. O ex-presidente da Casa João Paulo

Cunha, do PT, já havia decidido aumentar a verba de gabinete em sua gestão, mas como o projeto também permitia a contratação de mais funcionários, exigia a aprovação do plenário. Severino contornou o obstáculo mantendo em 20 o número máximo de servidores nos gabinetes. O ato alcançou a unanimidade dos 11 integrantes da mesa.

O projeto que aumenta os salários dos servidores já obteve aprovação na Câmara e atualmente espera pela votação no Senado. Somente depois seguirá para a sanção do presidente Lula. Esse reajuste será repassado automaticamente para a verba de gabinete que, desta forma, subirá dos R\$ 44,19 mil aprovados ontem para R\$ 50,82 mil a cada um dos deputados, quando sancionada.

A disputa pelo controle dos Correios e Telégrafos, estatal gigante com orçamento de R\$ 8,5 bilhões este ano, emperrou mais uma vez a já custosa reforma ministerial do presidente Lula. O PMDB não abre mão do Ministério das Comunicações, hoje sob o domínio do ex-líder do partido no Senado, Eunício Oliveira, e muito menos da estatal. Tem plantado na presidência da empresa oficial de correios o ex-ministro dos Transportes João Henrique.

O PP do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, também quer a pasta das Comunicações, que tem orçamento acanhado se comparado ao dos Correios, de apenas R\$ 843 milhões e, ainda os Correios. "É o Ministério das Comunicações ou nada", disse Severino ao ministro da

Casa Civil, José Dirceu, para dar a garantia de que o seu partido vai se transferir oficialmente para a base de sustentação de Lula. A ameaça representada pelo PP fez o PMDB se unir, apesar das divergências.

Embora a cúpula do PMDB e os líderes governistas considerem que o ministro da Previdência, Amir Lando, já está fora da equipe de Lula, ele continua a insistir que não recebeu nenhum comunicado oficial de sua demissão. Porém, antes mesmo de conversar com o presidente, terça-feira à noite, foi procurado pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, do PT, que o informou da dispensa. Ontem, Lando insistia em dizer que teve com o presidente apenas uma reunião de trabalho e que Lula não lhe pediu o cargo de volta.

## Maluf é obrigado a devolver dólares

O ex-prefeito e governador Paulo Maluf terá de devolver 250 mil dólares aos cofres de São Paulo. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou ontem a decisão que condenou Maluf e os ex-secretários Oswaldo Palma e Silvio Fernandes Lopes a devolverem o valor que foi pago pela Paulipetro à Petrobras para procurar petróleo no estado. Porém, eles ainda poderão recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Os advogados de Maluf sustentaram que a suposta lesão não estava comprovada. O relator José Delgado não se convenceu, afirmando que "a violação da moralidade administrativa era suficiente como prova de prejuízo ao erário". Essa foi a segunda vez que o STJ julgou um recurso de Maluf.

## Impunidade favorece ofertas em troca de voto

O professor de Ciência Política da Ufrgs, Eduardo Aydos, afirmou ontem que a pesquisa realizada pelo Ibope em 143 municípios revela o processo de deteriorização das instituições democráticas brasileiras. Referiu-se ao fato de que 30% dos 2.002 entrevistados pelo instituto disseram acreditar que os ex-prefeitos roubaram em suas administrações. Outros 9% declararam ter recebido ofertas de bens materiais em troca de seus votos nas eleições de 2004. "Essa deteriorização é causada pela impunidade, ineficiência das gestões e insegurança pública e jurídica. Nos países onde não existe a mística da impunidade, a corrupção ocorre em escala menor", destacou Aydos.

A pesquisa apontou também que, nas regiões Sul e Nordeste, os entrevistados admitiram que foram procurados por candidatos oferecendo benefícios em troca de votos. Os índices entre 11% e 12% aparecem como os mais altos do país, de acordo com o levantamento. O historiador Gunter Axt considerou o resultado coerente com tradição identificada na

política brasileira: a indistinação entre os espaços público e privado. Sobre a maior incidência da compra de votos ocorrer na região Sul, Gunter apontou dois motivos fundamentais. "Se realmente for maior, toda a imagem que se tem de que a região possui política de melhor qualidade cai por terra. Caso contrário, pode indicar que há maior consciência do delito e em outros pontos do país os eleitores talvez nem percebam isso", afirmou o historiador.

O pacto de confiança entre os eleitores e eleitos está fragilizado, assegurou o professor de Direito Constitucional da Ufrgs, Eduardo Carrión. "Quem vota muitas vezes não se sente suficientemente representado ou não percebe no seu candidato ações pelo bem comum e isso ocasiona sentimento generalizado de irresponsabilidade e corrupção", analisou. Para o professor de Ciência Política da Ulbra, Paulo Moura, a pesquisa mostra a situação real da política brasileira, refletindo a imagem que a população tem de seus representantes. Acrescentou que a prática continua sendo generalizada.



Eduardo Aydos

## Collares lembra a resistência

O aniversário de 20 anos da redemocratização do Brasil, motivo de sessão solene realizada ontem, na Câmara dos Deputados, foi celebrado como uma data propícia à reflexão sobre o atual cenário nacional. Na avaliação de Alceu Collares, do PDT, que ressaltou a resistência oposicionista no começo dos anos 80, o momento é de ruptura com o modelo econômico neoliberal. "O novo sistema que está por vir não é o socialismo nem o comunismo, mas um capitalismo mais humano e social", teorizou. Collares encerrou o discurso com o poema "O Voto e o Pão", de sua autoria.

Nelson Marquizezelli, do PTB, defendeu uma convivência mais ampla entre o Congresso e a população. Disse, ainda, que a eleição de um

ex-operário para o cargo de presidente da República revela que o país é uma nação democrática, "onde as portas estão abertas para todos os brasileiros". Marcelo Ortiz, do PV, que cumpre primeiro mandato, disse que os parlamentares são mal entendidos pela sociedade. "Deputados e senadores não têm a caneta na mão e encontram dificuldades para legislar diante da quantidade de medidas provisórias", criticou.

A realidade vivida no país durante os 20 anos de regime militar e a abertura política também foi destacada pelo deputado alagoano Givaldo Carimbão, do PSB. Conforme destacou o parlamentar, "graças a Deus, em 1985 começamos a construir uma democracia que hoje se encontra plenamente consolidada".

## Tucano obtém apoio para instalar CPIs

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, anunciou ontem que obteve 30 assinaturas, três a mais que o necessário para criar duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Uma destinada a investigar o processo de privatização das estatais no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e outra para apurar o envolvimento do governo Lula nas irregularidades cometidas pelo ex-assessor parlamentar da Presidência Waldomiro Diniz.

A proposta de CPI para investigar o processo de privatização foi provocada pela afirmação do presidente Lula de que teria ocorrido corrupção durante o governo FHC. A instalação depende agora da indicação de representantes pelos líderes.

## Dirceu sugere trocar Rebelo por Roseana

O ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, está articulando a indicação da senadora Roseana Sarney, do PFL, para o lugar do ministro Almir Rebelo, do PC do B, na Coordenação Política. Apoiado por setores do PT, PMDB, PP e até da oposição, Dirceu levou a proposta ao presidente Lula, que simpatizou com a sugestão. Até os amigos mais próximos do grupo de Roseana, como o senador Edson Lobão, do PFL, aprovaram a sugestão. "Sua indicação tem sentido porque ninguém faz esse trabalho melhor", disse Lobão, ao lembrar que "ela está nisso desde quando trabalhou por Tancredo Neves". A ideia de abrir uma vaga a Roseana surgiu após o PT fracassar em outras soluções para a pasta.

## Negociações impedem o anúncio das mudanças

O presidente Lula até ontem estava propenso a adiar o anúncio da reforma ministerial previsto para a próxima semana. O motivo seriam as negociações com o PP, que havia indicado o deputado Ciro Nogueira, do Piauí, para os ministérios das Comunicações ou Integração Nacional. Porém, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, informou ao líder do partido na Câmara, José Janene, da impossibilidade de acomodar o PP em uma das pastas, já reservada ao PMDB.

## Viagem de Lula a Recife provoca vários impasses

A ida do presidente Lula a Recife, sábado, para os 25 anos do PT ainda é incerta. O presidente do partido, José Genoíno, insiste que a ausência do presidente esvaziaria o evento, mas sua presença implicaria em mudar a agenda das negociações em torno da reforma ministerial. Viando, Lula prestaria homenagem ao ministro da Saúde, Humberto Costa, pré-candidato em Pernambuco. Há também impasse pelo uso do Boeing presidencial no encontro.

## Rigotto avaliará impacto após decisão do Senado

Ao comentar ontem a aprovação do teto de R\$ 19 mil para determinadas categorias, o governador Germano Rigotto disse que o acréscimo na folha de pagamento do Estado só poderá ser previsto após a decisão do Senado. Participando de roteiro do presidente Lula no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Rigotto enfatizou que o governo ainda não avaliou o impacto negativo que a nova norma da PEC Paralela da Previdência deverá provocar nos cofres públicos.

## Senado relembra o filho de ACM que faria 50 anos

O senador José Jorge, do PFL, foi o primeiro orador na homenagem do Senado ao deputado federal Luis Eduardo Magalhães, que completaria 50 anos ontem. José Jorge lembrou que o parlamentar baiano tinha amigos em todos os partidos "e lutou para modernizar a administração do país por meio das reformas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso". Antônio Carlos Magalhães agradeceu a homenagem feita à memória de seu filho.

## PFL admite abandonar secretariado de Alckmin

Depois de ver seu candidato perder a presidência da Assembleia de São Paulo, o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, estuda o que fará com o PFL de Rodrigo Garcia. Os pelélistas ocupam as secretarias da Justiça e de Esportes, mas o vice-governador Cláudio Lembo, do PFL, colocou os cargos à disposição. O tucano perdedor Edson Aparecido disse ontem que o desafio agora é trabalhar pelo desenvolvimento.

## Evangélicos oram para defender o matrimônio

Um grupo de deputados evangélicos, liderado por Pedro Ribeiro e Pastor Amarildo, ambos do PMDB, foi ontem ao gabinete do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, do PP, orar para que ele se mantenha firme em suas posições contra a liberalidade. A oração em defesa "da família e da estabilidade do matrimônio" ocorreu pouco antes do encontro de Severino com representantes gays, lésbicas e transgêneros.